

10º R.T.D. MICROFILME N.º 1.899.189

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO DE CRÉDITOS E OUTRAS AVENÇAS

I - PARTES CONTRATANTES:

Pelo presente instrumento particular (adiante denominado simplesmente como "Contrato de Cessão" ou "Cessão de Créditos") e na melhor forma de direito, de um lado,

BANCO MATONE S.A., instituição financeira, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 92.894.922/0001-08, com sede na Rua Mariante, nº 25, Moinho de Vento, Porto Alegre, RS, CEP 90430-181, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social (adiante designado simplesmente como "Cedente"); e

GAIA SECURITIZADORA S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.587.384/0001-30, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rocio, nº 288, 1º andar, Vila Olímpia, CEP 04552-000, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (adiante designada simplesmente como "Cessionária")

(Cedente e Cessionária adiante denominados em conjunto como "Partes" e isoladamente como "Parte");

II - CONSIDERANDO QUE:

- a) o Cedente é instituição financeira devidamente habilitada perante o Banco Central do Brasil a realizar operações de crédito, tendo concedido, a determinados indivíduos (os "Devedores"), os financiamentos habitacionais descritos no Anexo I a este Contrato de Cessão ("Financiamentos Imobiliários");
- b) os Financiamentos Imobiliários observam os limites estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN") e são destinados à aquisição, pelos Devedores, de imóveis residenciais ("Imóveis");
- c) os Financiamentos Imobiliários estão formalizados junto aos Devedores pela celebração de *Contratos de Venda e Compra de Imóvel com Financiamento Imobiliário e Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária em Garantia com Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário - CCI* ("Contratos de Financiamento");



- j) as CCI encontram-se custodiadas pelo próprio Cedente, nos termos § 4º do Art. 18 da Lei 10.931, de 02 de agosto de 2004 ("Lei 10.931/04");
- k) a Cessionária é uma companhia securitizadora de créditos imobiliários, que tem como principal objetivo a aquisição de créditos imobiliários, e consequente securitização ("Securitização"); e
- l) o Cedente, neste sentido, tem interesse em negociar os Créditos Imobiliários, representados pelas CCI, e, por outro lado, a Cessionária tem interesse em adquiri-los para vinculá-los a uma emissão de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), em duas séries, sênior e subordinada (adiante "CRI Seniores" e "CRI Subordinados"), nos termos da Lei 9.514, de 20 de novembro de 1997 ("Lei 9.514/97"), e normativos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM");

Celebram o presente Instrumento Particular de Cessão de Créditos e Outras Avenças, que se regerá pelas seguintes cláusulas, condições e características:

III - CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 - Cessão de Créditos: O presente Contrato de Cessão tem por objeto a cessão, a partir de 1º de setembro de 2009, inclusive ("Data da Cessão"), neste ato e por este instrumento, sem coobrigação, em caráter irrevogável e irretratável, pelo Cedente à Cessionária, dos Créditos Imobiliários, representados pelas CCI e decorrentes dos Contratos de Financiamento, incluindo seu principal, juros, atualização monetária, cobertura securitária, tarifa de cobrança, e administração e demais acessórios e encargos perfeitamente descritos nos Contratos de Financiamento. Fica certo e ajustado entre as partes que todo e qualquer valor decorrente de pagamentos de parcelas, e seus encargos, com vencimento no período compreendido entre a data de assinatura da Presente Cessão de Créditos e a Data da Cessão são de propriedade exclusiva do Cedente, devendo por ele ser apropriado. Não estando incluídas as antecipações de parcelas com vencimento após a Data da Cessão.



12 ABR 2013 254129

S.J. DO RIO PRETO - SP.

1.7 - Déspesas com as CCI: Observado o disposto no item 2.1.3.2 deste contrato, todas as despesas verificadas com a custódia, registro e transferência das CCI correrão por conta exclusiva do Cedente.

1.8 - Emissão dos CRI: A presente Cessão de Créditos se destina a viabilizar a emissão dos CRI, de modo que os Créditos Imobiliários, representados pelas CCI, serão vinculados aos CRI até o vencimento e resgate destes; considerando essa motivação, é essencial que os Créditos Imobiliários mantenham seu curso e sua conformação estabelecidos nos Contratos de Financiamento e neste Contrato de Cessão, sendo certo que eventual alteração dessas características interfere no lastro dos CRI.

1.9 - Exigências CVM: Em decorrência do estabelecido no item 1.8 acima, o Cedente declara seu conhecimento de que a CVM poderá realizar exigências relacionadas com a emissão dos CRI, hipótese em que o Cedente ficará responsável, juntamente com a Cessionária e o agente fiduciário da operação, indicado no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1^a e da 2^a Séries da 1^a Emissão de CRI da Cessionária ("Termo de Securitização"), por sanar os eventuais vícios existentes, nos prazos concedidos pela CVM, de forma a obter o registro definitivo da presente oferta pública dos CRI.

1.10 - Impossibilidade de Atendimento das Exigências da CVM: Caso a exigência formulada pela CVM, para concessão do registro definitivo, não possa ser realizada por qualquer motivo, ocorrerá a resolução da presente Cessão de Créditos. A resolução da cessão demandará, por parte da Cessionária, a suspensão da negociação dos CRI e seu resgate imediato, por valor unitário atualizado independentemente da anuência dos eventuais detentores dos CRI, em atendimento ao disposto no artigo 11 da Instrução CVM 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada pela Instrução CVM 443, de 08 de dezembro de 2006 ("Instrução CVM 414/04"), e observará as disposições da Cláusula Sétima abaixo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO SALDO DEVEDOR DOS CRÉDITOS E DO VALOR DA CESSÃO

2.1 - Saldo Devedor e Valor da Cessão dos Créditos Imobiliários: O saldo devedor global dos Créditos Imobiliários a vencerem apos a Data da Cessão ("Saldo Devedor") é de R\$ 24.501.006,50 (vinte e quatro milhões, quinhentos e um mil, seis reais e cinqüenta centavos), sendo que o valor a ser pago, pela Cessionária ao Cedente, para a aquisição dos Créditos Imobiliários e das CCI que os representam, será de R\$ 24.501.006,50 (vinte e

12ABR 2013

254129

S. J. DU RIO PRETÓ - SP.

quitação.

2.4 - Arrecadação Ordinária, Liquidação Antecipada e Indenizações: As Partes estabelecem que, a partir da Data da Cessão, todos os recursos decorrentes dos Créditos Imobiliários serão arrecadados pela Cessionária, incluindo, mas não se limitando, a arrécadão ordinária, as eventuais liquidações antecipadas realizadas pelos Devedores e as quitações decorrentes da indenização decorrente dos Seguros.

2.4.1. - Caso o Cedente receba algum Crédito Imobiliário após a Data da Cessão, fica este responsável em repassar e/ou resarcir, conforme o caso, mencionados valores à Cessionária no prazo de até 03 (três) dias úteis. Dessa forma, o fluxo dos Créditos Imobiliários à que faz jus a Cessionária está descrito no Anexo II a este Contrato de Cessão.

2.5 - Condições Precedentes: O pagamento do Valor da Cessão somente ocorrerá após o atendimento das seguintes condições cumulativas (as "Condições Precedentes"):

Ivanildo Junior
Ivanildo Junior

- registro do presente Contrato de Cessão nos Serviços de Registro de Títulos e Documentos das cidades de São Paulo - SP e Porto Alegre - RS;
- emissão dos CRI;
- obtenção do registro provisório da oferta dos CRI junto à CVM, nos termos da Instrução CVM 414/04; e
- integralização dos CRI Seniores.

2.5.1 - Correrão por conta do Cedente todas as despesas, taxas e emolumentos devidos aos serviços de notas, serviços de registro de títulos e documentos e serviços de registro de imóveis necessárias à formalização do presente Contrato de Cessão e respectivas garantias, incluindo o atendimento das Condições Precedentes, de que tratam os itens "a" a "d" do item 2.5 acima.

2.5.2 - O Cedente se obriga a arcar com as despesas decorrentes da emissão dos CRI, incluindo, mas não se limitando, os custos para registro perante a CETIP, honorários

12 ABR 2013 254129

S. 10º R.T.D. MICROFILME N.º 899.189



controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou sob controle comum, seja parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direito de propriedade, ou (ii) de qualquer norma legal ou regulamentar a que o Cedente, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou sob controle comum, ou qualquer bem ou direito de propriedade;

- e) está apta a cumprir as obrigações previstas neste Contrato de Cessão e agirá em relação ao mesmo contrato de boa-fé e com lealdade;
- f) não depende economicamente da outra Parte;
- g) não se encontra em estado de necessidade ou sob coação para celebrar este Contrato de Cessão e/ou quaisquer contratos e/ou compromissos a ele relacionados e/ou tem urgência de contratar;
- h) as discussões sobre o objeto contratual deste Contrato de Cessão foram feitas, conduzidas e implementadas por sua livre iniciativa;
- i) é uma empresa qualificada e tem experiência em contratos semelhantes a este Contrato de Cessão e/ou aos contratos e compromissos a ele relacionados; e
- j) foi informada e avisada de todas as condições e circunstâncias envolvidas na negociação objeto deste Contrato de Cessão e que poderiam influenciar sua capacidade de expressar sua vontade e foi assistida por advogados na negociação.

3.2 - Declaracões sobre os Créditos Imobiliários: O Cedente declara que:

- a) os Contratos de Financiamento consubstanciam-se em relações contratuais regularmente constituídas e válidas, sendo absolutamente verdadeiros todos os termos e valores indicados no presente Contrato de Cessão e seus anexos;
- b) responsabiliza-se pela existência dos Créditos Imobiliários, nos exatos valores e nas condições enunciadas neste Contrato de Cessão;
- c) os Créditos Imobiliários são de sua legítima e exclusiva titularidade, encontram-se

12 ABR 2013

254129

10º R.T.D. MICROFILME N.º 1899.189

PÁG.
11



imóveis ou, ainda que indiretamente, o presente Contrato de Cessão;

- c) não há e não tem conhecimento, até a presente data, da existência de restrições urbanísticas, ambientais, sanitárias, de acesso ou segurança relacionadas aos imóveis;
- d) não há e não tem conhecimento, até a presente data, de que os terrenos sobre os quais foram construídos os imóveis tenham qualquer vestígio de materiais perigosos, assim entendidos os materiais explosivos ou radioativos, dejetos perigosos, substâncias tóxicas e perigosas, ou materiais afins, asbestos, amianto, ou materiais contendo asbestos ou qualquer outra substância ou material considerado perigoso pelas leis do brasileiros; e
- e) não há e não tem conhecimento, até a presente data, da existência de qualquer pendência ou exigência de adequação, suscitada por nenhuma autoridade governamental referente aos imóveis.

CLÁUSULA QUARTA - DA ADMINISTRAÇÃO DOS CRÉDITOS

4.1 - Administração dos Créditos Imobiliários: A administração dos Créditos Imobiliários, a partir da Data da Cessão, será exercida pela Cessionária, através de prestador de serviços por ela contratado, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Créditos Imobiliários e Outras Avenças firmado em 10 de agosto de 2009 ("Contrato de Servicer").

4.1.1 - A administração dos Créditos Imobiliários observará as disposições dos Contratos de Financiamento e, quando aplicáveis, as disposições legais e regulamentares, em especial o Código de Defesa do Consumidor.

4.1.2 - As atividades da empresa de gestão dos créditos serão conduzidas através de sistema próprio ou de terceiros e deverão incluir: emissão de boletos de cobrança; evolução de saldo devedor; disponibilização de atendimento telefônico e local para eventual recebimento presencial dos mutuários; atendimento ao cliente; efetivação de simulações para amortização e quitação de contrato; efetivação de amortização e quitação de contrato; pagamento e controle; pagamento e gestão de apólice de

254129

S. J. DO RIO PRETO-SP.

partir do seu recebimento nos endereços constantes abaixo, ou em outro que as Partes venham a indicar, por escrito, no curso deste Contrato de Cessão, e deverão ser encaminhadas por escrito com aviso de recebimento ("AR") expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Se para a Cessionária

Gaia Securitizadora S.A.

Rua dq' Rocio, nº 288, 1º andar

São Paulo - SP, CEP 04552-000

At.: Sr. João Paulo dos Santos Pacífico

E-mail: joao.pacifico@gaiasec.com.br

Website: www.gaiasec.com.br

Se para o Cedente

Banco Matone S.A.

Rua Mariante, n. 25 - Moinho'de Vento

Porto Alegre, RS, CEP 90430-181

At.: Laércio Roberto de Souza

E-mail: laercio@matone.com.br

Website: www.matone.com.br

6.2 - Multa: O descumprimento de qualquer estipulação deste Contrato de Cessão acarretará para a parte inadimplente multa de 2% (dois por cento) sobre o Valor da Cessão, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês calculados de forma *pro rata die*.

6.3 - Substituição dos Acordos Anteriores: Este Contrato de Cessão substitui todos os acordos anteriormente negociados entre as Partes, com exceção do Mandato da Operação.

6.4 - Validade, Legalidade e Exequibilidade: Se uma ou mais disposições aqui contidas forem consideradas inválidas, ilegais ou inexequíveis em qualquer aspecto das leis aplicáveis, a validade, legalidade e exequibilidade das demais disposições aqui contidas não serão afetadas ou prejudicadas a qualquer título.



- a) Descumprimento pelo Cedente de quaisquer de seus deveres e obrigações assumidos neste Contrato de Cessão;
- b) Caso a Cessão de Créditos seja questionada por qualquer terceiro que alegue, fundamentadamente e de boa fé, ter direito sobre os Créditos Imobiliários objeto do presente Contrato de Cessão;
- c) Verificação de que quaisquer das declarações ou informações prestadas pelo Cedente neste Contrato de Cessão são falsas, imprecisas ou incorretas, em especial aquelas previstas na Cláusula Terceira;
- d) Caso ocorra qualquer uma das previsões contidas nas cláusulas 1.10 e 2.1.3 do presente Contrato de Cessão.

7.2 - Preço de Retrocessão: Os Créditos Imobiliários serão retrocedidos ao Cedente pelo valor do saldo devedor dos Créditos Imobiliários à época da Retrocessão, reduzido proporcionalmente de eventuais pagamentos dos Créditos Imobiliários (ordinários ou extraordinários) ocorridos até a data da resolução da cessão ("Preço de Retrocessão").



7.2.1 - O Preço de Retrocessão será acrescido da taxa de juros e da correção monetária dos CRI Seniores e dos CRI Subordinados, ponderadas pelo valor de cada série.

7.2.2 - Ainda na hipótese de Retrocessão, todos os Créditos Imobiliários eventualmente recebidos pela Cessionária, bem como seus acréscimos, correções e atualizações, após a resolução da cessão, deverão ser repassados ao Cedente imediatamente.

7.2.3 - A Cessionária notificará em tempo hábil os Devedores acerca da formalização da Retrocessão e consequente resolução do presente Contrato de Cessão, para que estes realizem o pagamento, diretamente ao Cedente, da próxima parcela, ainda não emitida, dos Créditos Imobiliários remanescentes.

7.2.4 - Caso o Cedente venha a ser titular de CRI Subordinados, a Cessionária poderá compensar o valor de resgate dos CRI Subordinados que será devido ao Cedente como:



10a.R.T.D. MICROFILME No.1.899.189

8.4 - Árbitros: A controvérsia será dirimida por três árbitros, indicados de acordo com o citado regulamento, competindo ao presidente da Câmara indicar árbitros e substitutos no prazo de 05 (cinco) dias, caso as partes não cheguem a um consenso, a contar do recebimento da solicitação de instauração da arbitragem, através da entrega pessoal ou por serviço de entrega postal rápida.

8.5 - Substitutos: Os árbitros ou substitutos indicados firmarão o termo de independência, de acordo com o disposto no artigo 14, Parágrafo Primeiro, da Lei nº 9.307/96, considerando a arbitragem instituída.

8.6 - Local da Arbitragem: A arbitragem processar-se-á na cidade de São Paulo - SP e os árbitros decidirão de acordo com as regras de direito.

8.7 - Prazo: A sentença arbitral será proferida no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do termo de independência pelo árbitro e substituto.

8.8 - Custas e Despesas: A Parte que solicitar a instauração da arbitragem arcará com as despesas que devam ser antecipadas e previstas na tabela de custas da Câmara. A sentença arbitral fixará os encargos e as despesas processuais que serão arcadas pela parte vencida.

8.9 - Cumprimento da Sentença: A sentença arbitral será espontânea e imediatamente cumprida em todos os seus termos pelas partes.

8.9.1 As partes envidarão seus melhores esforços para solucionar amigavelmente, qualquer divergência oriunda deste contrato, podendo, se conveniente a todas as partes, utilizar procedimento de mediação.

8.10 - Poder Judiciário: Não obstante o disposto nesta cláusula, cada uma das partes se reserva o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de (a) assegurar a instituição da arbitragem, (b) obter medidas cautelares de proteção de direitos previamente à instituição da arbitragem, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia a arbitragem como o único meio de solução de conflitos escolhido pelas Partes; e (c) executar qualquer decisão da Câmara, inclusive, mas não exclusivamente, do laudo arbitral. Na hipótese de as partes recorrerem ao Poder Judiciário, o foro da Capital do Estado de São Paulo será o competente para conhecer de



2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
25.4.129
S. J. DO RIO PRETO-SP.

10º
CARTÓRIO
R.T.D.

10º. OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS
E DOCUMENTOS DA CAPITAL - SÃO PAULO
RUA XV DE NOVEMBRO, N. 244 - 6º. ANDAR
TELEFONES: 3104-8434 E 3105-6483 (FAX)
O PRESENTE TÍTULO/DOCUMENTO PROTOCOLADO
REGISTRADO EM MICROFILME SOB
Nº. 1.899.189.
SÃO PAULO, 25 DE AGOSTO DE 2009.

BEL. EDUARDO K. JUNQUEIRA FRANCO - OFICIAL
LUIZ F. JUNQUEIRA FRANCO - ESC. SUBSTITUTO
DANIELA RODRIGUES BARBOSA - ESC. AUTORIZ.
ADRIANO MARTINS CERCA - ESC. AUTORIZ.
CLENIO DE ARAUJO GUILHERME - ESC. AUTORIZ.
GERALDO JOSE H. DE LACERDA - ESC. AUTORIZ.
ERIVELTON DE OLIVEIRA RODRIGUES - ESC. AUT.
INCLUIDOS 28% AO. ESTADO - 21% AD. IPESP
5% AD. REG. CIVIL - 5% AD. TRIB. JUSTICA

10º R.T.D./R.P.J.

Emolumentos...: R\$ 108,62
Estado.....: R\$ 167,71
Cart. Prev....: R\$ 864,97
Registro Civil: R\$ 216,24
Trib. Justica: R\$ 216,24
Total.....: R\$ 1.573,78

10º R.T.D./R.P.
S.P.
10º

Pág.
21

10º OFICIAL DE R.T.D. ARQUIVADO
EM MICROFILME N° 1.899.189

2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS

254129

S. J. DO RIO PRETO-SP.

Contítulo	Nome Cliente	CPF	Conjugado	09º Conforme Index - Anexo Arquivado
00000407	FERNANDO PAULO SOLEDADE HAFERST	084.011.647-7	TERESA ROSA SOARES SABADIA	1329006458 TR 12,00% SAC
00000414	CLAUDIO SULLA	2824914901 JULI ANTONIO DOS SANTOS CUNHA		0123507029 TR 12,00% SAC
00000425	JANUARIA FERDINANDO TAVARES	4109274924 MARCOS GOMES DE CASTRO		2208519361 TR 12,00% SAC
00000537	ALBERTO ELEUTERIO DA SILVEIRA	518210101 ALICE HOMERO BRILEK		5523526468 TR 12,00% SAC
00000607	HELMILDO DA SILVA OLIVEIRA	560341206		TR 12,00% SAC
00000642	CÉSAR EDUARDO ALVESINO	277020319		TR 12,00% SAC
00000645	EDMUND PEREIRA DA CRUZ	2655008491 QILO SOS PEREIRA DA CRUZ		3227015834 TR 12,00% SAC
00000649	EDMUND PEREIRA DA CRUZ	2655008491 QILO SOS PEREIRA DA CRUZ		0123507029 TR 12,00% SAC
00000651	LEONILDO LEONILDO CAMBRA	1153780000 SIVIANA ADRIELLA GOMES DE SENA CARREIRO		13151002719 TR 12,00% SAC
00000659	CARLOS ALBERTO PASOTTI	1620201379 ALICE NEUZA FERREIRA PAGOTTI		0123507029 TR 12,00% SAC
00000663	SILVIO HENRIQUE SÓLIMA LOQUADA	4119165555 REBECA SÓLIMA LOQUADA		1114615754 TR 12,00% SAC
00000674	KELMO ALVIM ALVES LIMA DA CRUZ	225931370		TR 12,00% SAC
00000681	SHIRLEY ADRIANO SANTOS	2702833486		TR 12,00% SAC
00000682	RONALDO BURON	1976521503		TR 12,00% SAC
00000684	ASDILIO ANTONIO DOS SANTOS	1122975250 SIRINA MARCIA ALCIDES DOS SANTOS		1-282717539 TR 12,00% SAC
00000685	ALTON DOS SANTOS	5249391937 ROSICLAIRE SANTOS DOS SANTOS		0123507029 TR 12,00% SAC
00000686	MARCO DANTAS CARON	1014191490 FABIANA MARTINS DOS SANTOS CARON		1329006458 TR 12,00% SAC
00000687	JOAQUIM CONCEICAO GOMES	1014191490		TR 12,00% SAC
00000688	ARMANDO FREITAS	0091100000 ALBUQUERQUE AGUIAR FREITAS		TR 12,00% SAC
00000689	LETICIA FONSECA	0079945620		TR 12,00% SAC
00000690	RAYMONTE E SÉRGIO PRIMOL PASSARINHO	1322245341		TR 12,00% SAC
00000692	EDUARDO AGOSTINHO DA COSTA NETO	0161232305 CLORIVAL DE OLIVEIRA MORAES DA COSTA		0123507029 TR 12,00% SAC
00000693	ARLETO GOMES LAGES	0311701931 BIA MENEZES GOMES GOMES		0123507029 TR 12,00% SAC
00000695	QUATRO MILHEIRAS	4891642000 ALICE HIGIÉA ANDRADE		0123507029 TR 12,00% SAC
00000696	RODRIGO GOMES FREIRE	3155161000 LÍDIA JAILA DE SOUZA		0123507029 TR 12,00% SAC
00000697	RODRIGO GOMES FREIRE	4929251001 ANDREA FREIRE GOMES		0123507029 TR 12,00% SAC
00000698	TELMO COELHO GOMES	777115807		0123507029 TR 12,00% SAC
00000699	WILMAR PEREIRA MENESES	0322129000 RICARDO ALFREDINO PEREIRA MENESES		0123507029 TR 12,00% SAC
00000700	EDSON GOMES MEIREZ	2663313853 WILDE NEIVA SANTOS PRITO		3132508681 TR 12,00% SAC
00000701	AMARILDO SANTOS FARIAS JUNIOR	4231090155 Sueli CONSTANTE DE MOURA PAULI		00532515623 TR 12,00% SAC
00000702	JACOBINUS VALLÉ NEITO	1020351617 IARA AFFAISI GOMES SOARES		1016524233 TR 12,00% SAC
00000703	ALFANDERI SERRA BARROS	0311484277 ANTONIO CARLOS SOARES		7597119342 TR 12,00% SAC
00000704	EDUARDO SOARES DOS SANTOS			

20

100. OFICIAL DE R.T.D. ARQUIVADO
EM MICROFILME No.1.899.189

2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
254129
S. J. DO RIO PRETO-SP.

¹Art. 217 do Código Civil (Lei no. 10.406/2002) / Art. 161 da Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73).

10º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

1º OFICIAL DE R.T.D. ARQUIVADO
EM MICROFILME N° 1.899.189

10º R.T.D. / P.R.
S.P.

2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
254129
S. J. DO RIO PRETO-SP.

ANEXO II - FLUXO DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS CEDIDOS

Data de Recebimento do Fluxo	Valor previsto a Receber	Data de Recebimento do Fluxo	Valor previsto a Receber	Data de Recebimento do Fluxo	Valor previsto a Receber
setembro-09	338.807,41	junho-13	285.486,40	março-17	258.906,85
outubro-09	337.823,16	julho-13	286.748,60	abril-17	241.305,81
novembro-09	336.838,84	agosto-13	286.707,67	maio-17	240.363,50
dezembro-09	391.814,01	setembro-13	284.714,84	junho-17	239.421,08
janeiro-10	334.822,21	outubro-13	283.645,40	julho-17	238.478,74
fevereiro-10	343.497,74	novembro-13	282.689,39	agosto-17	238.453,76
março-10	482.810,70	dezembro-13	237.692,62	setembro-17	236.535,22
abril-10	330.889,42	janeiro-14	280.729,80	outubro-17	245.203,37
maio-10	329.905,07	fevereiro-14	280.650,13	novembro-17	234.608,65
junho-10	328.920,89	março-14	296.002,40	dezembro-17	233.057,09
julho-10	327.936,69	abril-14	277.778,54	janeiro-18	231.995,71
agosto-10	327.859,78	maio-14	276.822,49	fevereiro-18	229.163,54
setembro-10	325.959,58	junho-14	285.075,75	março-18	241.405,76
outubro-10	324.975,21	julho-14	274.911,85	abril-18	224.051,09
novembro-10	323.991,02	agosto-14	274.776,78	maio-18	222.552,74
dezembro-10	378.966,24	setembro-14	272.894,48	junho-18	221.669,56
janeiro-11	321.974,30	outubro-14	271.938,36	julho-18	220.380,07
fevereiro-11	321.907,49	novembro-14	270.992,39	agosto-18	216.823,04
março-11	470.763,51	dezembro-14	325.985,57	setembro-18	215.052,42
abril-11	326.997,07	janeiro-15	269.021,86	outubro-18	214.297,83
maio-11	317.057,31	fevereiro-15	268.930,06	novembro-18	213.363,33
junho-11	316.073,11	março-15	284.015,51	dezembro-18	217.406,02
julho-11	315.088,83	abril-15	268.071,53	janeiro-19	211.626,06
agosto-11	315.022,08	maio-15	265.115,26	fevereiro-19	211.698,70
setembro-11	313.111,89	junho-15	264.159,29	março-19	226.184,38
outubro-11	312.127,48	julho-15	263.200,21	abril-19	209.010,22
novembro-11	311.143,31	agosto-15	272.491,67	maio-19	206.659,90
dezembro-11	366.118,27	setembro-15	261.187,53	junho-19	204.026,30
janeiro-12	309.126,54	outubro-15	260.231,34	julho-19	202.791,50
fevereiro-12	309.059,59	novembro-15	259.275,33	agosto-19	202.899,66
março-12	457.015,04	dezembro-15	314.278,43	setembro-19	201.164,39
abril-12	314.284,17	janeiro-16	257.314,70	outubro-19	200.355,23
maio-12	304.305,56	fevereiro-16	257.275,99	novembro-19	199.546,09
junho-12	303.225,33	março-16	272.259,09	dezembro-19	203.824,14
julho-12	302.241,04	abril-16	254.364,40	janeiro-20	197.879,62
agosto-12	302.174,14	maio-16	253.408,34	fevereiro-20	197.387,77
setembro-12	300.243,84	junho-16	252.452,11	março-20	212.344,11
outubro-12	299.279,63	julho-16	251.496,10	abril-20	195.370,02
novembro-12	298.295,40	agosto-16	251.457,31	maio-20	194.560,94
dezembro-12	353.270,54	setembro-16	257.571,34	junho-20	193.751,74
janeiro-13	296.278,62	outubro-16	247.090,36	julho-20	192.942,56
fevereiro-13	294.143,03	novembro-16	246.147,93	agosto-20	193.050,82
março-13	441.722,51	dezembro-16	301.165,04	setembro-20	191.315,64
abril-13	290.411,53	janeiro-17	244.214,84	outubro-20	190.506,41
maio-13	298.539,71	fevereiro-17	244.189,95	novembro-20	189.697,23

Art. 217 do Código Civil (Lei no. 10.406/2002) / Art. 161 da Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73).

10º R.T.D. / R.P.J.
S.P.
PÁG.
27

10º OFICIAL DE R.T.D. ARQUIVADO
EM MICROFILME N° 1.899.189

Z OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS

254.129

S. J. DO RIO PRETO-SP.

Data de Recebimento do Fluxo	Valor previsto a Receber	Data de Recebimento do Fluxo	Valor previsto a Receber
março-32	43.814,09	dezembro-35	26.964,26
abril-32	43.544,36	janeiro-36	26.535,05
maio-32	43.274,84	fevereiro-36	26.328,28
junho-32	43.005,15	março-36	26.121,60
julho-32	42.735,51	abril-36	25.914,91
agosto-32	43.383,18	maio-36	25.708,13
setembro-32	42.187,51	junho-36	25.501,41
outubro-32	41.917,89	julho-36	22.429,32
novembro-32	41.648,22	agosto-36	22.252,99
dezembro-32	46.445,82	setembro-36	22.076,72
janeiro-33	40.549,39	outubro-36	21.900,39
fevereiro-33	40.284,52	novembro-36	21.724,05
março-33	39.393,19	dezembro-36	21.547,73
abril-33	38.624,41	janeiro-37	21.371,42
maio-33	36.629,17	fevereiro-37	20.547,36
junho-33	36.392,73	março-37	20.377,19
julho-33	35.175,89	abril-37	20.206,98
agosto-33	34.213,92	maio-37	20.036,79
setembro-33	33.993,22	junho-37	19.865,65
outubro-33	33.442,40	julho-37	19.693,51
novembro-33	33.224,84	agosto-37	19.526,30
dezembro-33	38.054,51	setembro-37	19.356,10
janeiro-34	32.741,47	outubro-37	19.185,95
fevereiro-34	32.523,91	novembro-37	19.015,79
março-34	32.306,38	dezembro-37	18.845,59
abril-34	31.911,71	janeiro-38	18.675,45
maio-34	31.695,91	fevereiro-38	17.994,78
junho-34	31.480,00	março-38	17.259,02
julho-34	31.264,13	abril-38	16.673,86
agosto-34	30.305,28	maio-38	16.211,57
setembro-34	30.096,48	junho-38	12.777,46
outubro-34	29.887,60	julho-38	11.441,55
novembro-34	29.678,87	agosto-38	8.015,96
dezembro-34	29.470,02	setembro-38	1.868,46
janeiro-35	29.261,18	outubro-38	482,03
fevereiro-35	29.052,38		
março-35	28.843,56		
abril-35	28.634,78		
maio-35	28.426,00		
junho-35	28.217,18		
julho-35	28.008,33		
agosto-35	27.799,52		
setembro-35	27.590,70		
outubro-35	27.381,91		
novembro-35	27.173,11		

Art. 217 do Código Civil (Lei no. 10.406/2002) / Art. 161 da Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73).

2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
254129
S. J. DO RIO PRETO-SP.

JUCESP

01.06.09

GAIA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF n. 07.587.384/0001-30

NIRE EM FASE DE ATRIBUIÇÃO PELA JUCESP

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2009

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 29 (vinte e nove) dias de abril de 2009, às 10:00 horas, na Rua do Rocio, 288, Cj. 61, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04.552-000, sede da GAIA SECURITIZADORA S.A. ("Companhia"), sociedade por ações, com seus atos constitutivos inscritos na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR sob o NIRE 41.300.070.130 e em fase de inscrição na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP.

2. CONVOCAÇÃO E QUORUM: Dispensada a publicação do "Edital de Convocação" e dos demais avisos, de acordo com o §4º do art. 124 e §4º do art. 133 da Lei 6.404/76, considerando que a totalidade dos acionistas estava presente.

3. MESA: Sr. João Paulo dos Santos Pacifico, presidente; Sra. Carla Cristina Cavalheiro Lobato, secretária.

4. ORDEM DO DIA: A consolidação do Estatuto Social.

5. DELIBERAÇÕES: O Sr. Presidente declarou instalada a Reunião e, por unanimidade de votos dos presentes, sem quaisquer restrições, aprovaram:

- (i) A consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a nova redação constante do ANEXO I desta Ata.





2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
254129
S. J. DO RIO PRETO-SP.

JUCESP

01/06/09

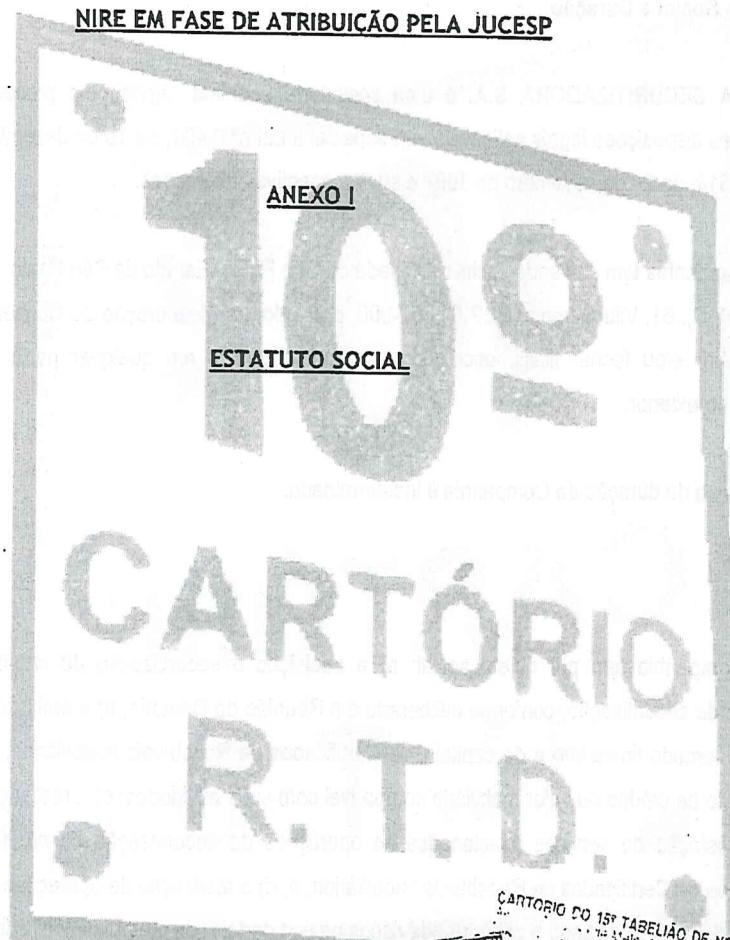
GAIA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF n. 07.587.384/0001-30

NIRE EM FASE DE ATRIBUIÇÃO PELA JUCESP

ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL



CARTÓRIO DO 15º TABELIÃO DE NOTARIA
Autenticação
1059AH400028 / 17 AGO 2009
Requerente: Amaro de Mello
ESCREVENTE AUTORIZADO
CUSTAS CONTRIBUIÇÕES PAGAS

3

Art. 217 do Código Civil (Lei no. 10.406/2002) / Art. 161 da Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73).

2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS

254129

S. J. DO RIO PRETO-SP.

JUICE SP

00000000

recompra, revenda ou resgate de valores mobiliários de sua própria emissão no Mercado Financeiro e de Capitais; e) a prestação de serviços envolvendo a estruturação de operações de securitização próprias ou de terceiros; f) a realização de operações nos mercados de derivativos visando à cobertura de riscos; e, g) a prestação de garantias para os valores mobiliários por ela emitidos.

Capital Social e Ações

Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), dividido em 360.000 (trezentas e sessenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Artigo 6º - A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações das Assembléias Gerais de Acionistas.

Artigo 7º - O capital social poderá ser representado por até 50% (cinquenta por cento) de ações preferenciais nominativas, sem direito a voto, e a criação de nova classe dessa espécie de ação ou o aumento de classe existente poderá ser efetuada sem guardar proporção com as demais ações.

Artigo 8º - A Assembléia Geral que deliberar sobre a emissão de ações preferenciais, estabelecerá também as preferências a elas atribuídas em relação às demais classes de ações emitidas pela Companhia.

Artigo 9º - Com a inscrição do nome do Acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas, fica comprovada a respectiva propriedade das ações.

Assembléia Geral

Artigo 10 - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social da Companhia, a fim de serem discutidos os assuntos previstos em lei e, extraordinariamente quando convocada, a fim de discutirem assuntos de interesse





2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
254129
S. J. DO RIO PRETO-SP.

Artigo 14 - As matérias abaixo somente poderão ser consideradas aprovadas em Assembléia Geral quando tiverem o voto favorável de Acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das ações ordinárias emitidas pela Companhia: I - alteração de quaisquer das disposições do Estatuto Social que envolva (a) alteração do objeto social da Companhia, inclusive para a inclusão da prática de novas atividades econômicas, e (b) mudança da forma de funcionamento dos órgãos de administração e seu modo de atuação na condução da administração da Companhia; II - operações de fusão, incorporação ou cisão da Companhia, ou ainda sua liquidação ordinária; III - incorporação, pela Companhia: (a) de outra sociedade ou (b) de parcela de patrimônio de outra sociedade; IV - criação de ações preferenciais ou aumento de classe de ações preferenciais sem guardar proporções com as demais; V - resgate ou amortização de ações; VI - redução do capital social; e, VII - dissolução da companhia.

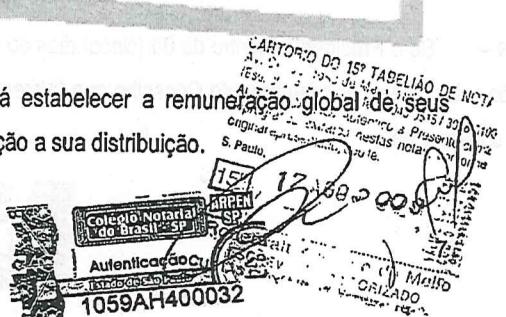
Administração da Companhia

Artigo 15 - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, cujas respectivas competências serão atribuídas pelo presente Estatuto Social, bem como pela legislação aplicável, estando os Conselheiros e Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções.

Parágrafo Primeiro - A representação da Companhia caberá à Diretoria, vez que trata-se o Conselho de Administração de um órgão de deliberação colegiada.

Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho de Administração, bem como da Diretoria, estarão devidamente investidos na posse quando das assinaturas dos "Termos de Posse" lavrados nos livros próprios, permanecendo em seus respectivos cargos até a efetiva posse de seus sucessores.

Parágrafo Terceiro - A Assembléia Geral deverá estabelecer a remuneração global de seus administradores, cabendo ao Conselho de Administração a sua distribuição.



10º OFICIAL DE R.T.D. ARQUIVADO
EM MICROFILME N° 1.899.189

10º R.T.D./R.P.
S.P.
Pág.
37

JUICE SP

01/06/09

2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
254129
S. J. DO RIO PRETO-SP.

Artigo 20 – As convocações serão realizadas com antecedência de 05 (cinco) dias através de "Cartas Convite" que serão entregues aos membros do conselho, devidamente assinadas pelo Presidente ou por quaisquer dois membros do Conselho, cartas estas que indicarão o local da reunião, bem como a ordem do dia a ser tratada na reunião.

Parágrafo Único – Em reuniões em que estiver presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, fica dispensada a formalidade tratada no caput deste artigo.

Artigo 21 – A reunião do Conselho de Administração instalar-se-á com a presença da maioria de seus membros em exercício.

Artigo 22 – As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes na reunião, não computados os votos em branco, cabendo ao Presidente em exercício, além de seu voto ordinário, na hipótese de empate, o voto de qualidade.

Artigo 23 – Após os trabalhos efetuados na reunião do Conselho de Administração, será lavrada uma Ata respectiva no livro próprio, a qual será assinada pelos conselheiros presentes.

Artigo 24 – Compete ao Conselho de Administração, além das matérias elencadas pela legislação vigente:

I – fixar e aprovar os planos de negócios e de investimentos da Companhia, propostos pela Diretoria;

II – eleger, destituir e substituir os membros da Diretoria, fixando suas atribuições e remuneração mensal;

III – fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando os livros e papéis da Companhia, seus contratos





JUICE SP

01.06.09



Artigo 26 – Na hipótese de vacância do cargo de Presidente da Diretoria, seu substituto será eleito pelo Conselho de Administração e, enquanto não houver esta escolha, o Diretor de Relações com Investidores cumulará esta função.

Parágrafo Primeiro – A mesma situação acima aplicar-se-á na hipótese de vacância do cargo de Diretor de Relações com Investidores, cujo cargo será preenchido pelo Diretor Presidente, e com este cumulado, até que ocorra nova nomeação pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo – As situações acima descritas também aplicar-se-ão na hipótese de falta, impedimento ou ausência de quaisquer dos dois diretores.

Artigo 27 – Os membros da Diretoria possuem amplos poderes para representar a Companhia ativa e passivamente, gerir seus negócios, praticar todos os atos necessários para a realização de operações relacionadas com o objeto social descrito neste Estatuto Social, conforme normas e diretrizes determinadas pelo Conselho de Administração, podendo para este fim, contrair empréstimos e financiamentos, adquirir, alienar e constituir ônus reais sobre bens e direitos da Companhia, definir a política de cargos e salários dos funcionários e prestadores de serviços da Companhia, sempre em conformidade com o Artigo 24 supra.

Parágrafo Único – Compete ainda à Diretoria, autorizar a emissão e colocação junto ao mercado financeiro e de capitais de Certificados de Recebíveis Imobiliários ou quaisquer outros valores mobiliários que não dependam de aprovação da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração, devendo, para tanto, tomar todas as medidas necessárias para a implementação destas operações.

Artigo 28 – A Companhia deverá obrigatoriamente ser representada: (i) por assinaturas conjuntas de 02 (dois) Diretores; (ii) por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) Procurador, da Companhia; ou, (iii) por 02 (dois) Procuradores da Companhia em conjunto, desde que investidos de



JUNE 1939

6 9 6 9 6 9 6 9 6 9
6 9 6 9 6 9 6 9 6 9
6 9 6 9 6 9 6 9 6 9
6 9 6 9 6 9 6 9 6 9

2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
254129
S. J. DO RIO PRETO-SP.

Conselho Fiscal

Artigo 30 – A Companhia possuirá um Conselho Fiscal, com as atribuições legais, o qual será composto por 03 (três) membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e um conselheiro sem denominação específica, eleitos pela Assembléia Geral, admitida a reeleição, com atribuições e prazos de mandato previstos em lei.

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios fiscais em que for convocado pelos Acionistas, nos termos da lei.

Parágrafo Segundo – A Assembléia Geral que eleger os membros do Conselho Fiscal também será responsável por estabelecer as respectivas remunerações.

Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro

Artigo 31 – O exercício social da Companhia terminará em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas pela Diretoria as demonstrações financeiras do correspondente exercício, as quais serão apreciadas pela Assembléia Geral Ordinária em conjunto com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como da distribuição de dividendos.

Parágrafo Primeiro – A destinação do lucro líquido do exercício se dará da seguinte forma:

- I – 5% (cinco por cento) será aplicado na constituição de reserva legal, observado que não poderá exceder 20% (vinte por cento) do capital social;

II – pagamento de dividendo mínimo obrigatório; e

III – pagamento de dividendos extraordinários, caso aprovado pela Assembleia Geral.



10º OFICIAL DE R.T.D. ARQUIVADO
EM MICROFILME N° 1.899.189

10º R.T.D. / R.D.
P.R.J. - S.P.
PÁG.
43

2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
254129
S. J. DO RIO PRETO-SP.

100000

01.06.09

Disposições Transitórias

Artigo 36 - O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 360.000,00, sendo que até o momento foram integralizados R\$ 350.132,00 (trezentos e cinqüenta mil, cento e trinta dois reais) em moeda corrente nacional, e seu saldo será realizado no prazo de 12 (doze) meses, em moeda corrente nacional, pelos acionistas, mediante chamada da Diretoria deliberada pelo Conselho de Administração.

Foro

Artigo 37 - Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja, como o único competente a conhecer e julgar qualquer questão ou causa que, direta ou indireetamente, derivem da celebração deste Estatuto Social ou da aplicação de seus preceitos.

Certificamos que a presente é cópia fiel de ata lavrada no livro próprio.


JOÃO PAULO DOS SANTOS PACIFICO

Presidente da Mesa


CARLA CRISTINA CAVALHEIRO LOBATO

Secretária da Mesa





2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEL
254129

S. J. DO RIO PRETO-SP

DO AVIÚRA 0.7.R 30 JAIPIR 50!
CHI, FCB, L.OH EME-19000 48

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DEORF/GTPAL-2009/05877

Porto Alegre, 10 de junho de 2009.

INSTITUIÇÃO
Banco Matone S.A.

ENDERECO
Rua Mariante, 25 - 10. Andar - Moinhos de Vento

CEP/CIDADE/UF
90430-181 - Porto Alegre (RS)

ATO
AGO de 28.4.2009

PROCESSO N°
0901446764

DATA DO DESPACHO
08.06.2009

ASSUNTO APROVADO POR ESTA AUTARQUIA:

1. ELEIÇÃO DA:

- a. Diretoria, com mandato até a posse dos que forem eleitos na Assembléia Geral Ordinária de 2011:

CPF:

130.773.090-68

955.703.730-04

221.878.470-04

109.628.468-56

232.968.360-04

339.354.240-00

Nome:

Alberto Davi Matone

Daniel Matone

Ernandi Vardeley Pereira Martins de Avila

Paulo Alexandre da Graca Cunha

Flavio Sarmiento Leite do Couto e Silva

Guilherme Goncalves Lessa

Cargo:

Diretor Presidente

Diretor Vice-Presidente

Diretor Vice-Presidente

Diretor Vice-Presidente

Diretor

Diretor

OBSERVAÇÕES:

- Atentar para os procedimentos que devem ser adotados por V. Sas. referentes às informações, a serem prestadas diretamente no sistema Unicad, relativas aos ocupantes dos cargos estatutários dessa instituição, constantes do Sisorf 4.14.70 (www.bcb.gov.br/?Sisorf);
- Registrados a inobservância do prazo de quinze dias previsto no artigo 33 da Lei 4.595, de 31.12.1964, e no §1º do artigo 1º da Resolução 3.041, de 28.11.2002, para submeter à aprovação do Banco Central do Brasil os atos de eleição ocorridos na AGO, de 28/04/2009. Esclarecemos que a infração ao dispositivo legal citado sujeita essa instituição, bem como seus administradores, às penalidades previstas no artigo 44 da citada Lei 4.595/64.
- A Instituição deverá alterar o estatuto social, excluindo a expressão "até" do artigo 11, de forma a tornar determinado o prazo de mandato dos administradores. A recomendação faz parte de nossa carta DEORF/GTPAL-2008/08678, de 20.08.2008 – Campo Observações letra "b".

Deorfs/GTPAL: Rua 7 de Setembro, 586 - 12º Andar -- 90010-190 - Porto Alegre / RS
Telefones: (51)3215-7175, (51)3215-7242, (51)3215-7238

10º R.T.D./R.P.J.
P.R.J.-S.P.;
P.A.G.
47

10º OFICIAL DE R.T.D. ARQUIVADO
EM MICROFILME N° 1.899.189.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

DEORF/GTPAL-2009/05877

Porto Alegre, 10 de junho de 2009.

2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
254129
S. J. DO RIO PRETO-SP.

ANEXO:

1 cópia da Ata para fins de arquivamento no Registro do Comércio.

Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica em Porto Alegre

Josue Biachi Piccini
Gerente Técnico

Amaury Figueiredo Menezes
Coordenador

7º Tabelionato da Comarca de Porto Alegre

Francisco de Assis Marques

RUA MOSTARDEIRO, 375

AUTENTICAÇÃO

Autentico verso e anverso da presente cópia reprodutiva
conforme ao original a mim apresentado, do que dou fé.

Porto Alegre, 18 JUN. 2009

Francisco de Assis Marques - Tabelião Custas R\$ 5,00
Maria Madalena C. Antunes - Substituto do Tabelião
Paulo Ricardo Santos Fortes - Escrivão Autorizado
Edison de Oliveira Zefirino - Escrivão Autorizado

0460.01.0900183.00976

7º Tabelionato da Comarca de Porto Alegre

Francisco de Assis Marques

RUA MOSTARDEIRO, 375

AUTENTICAÇÃO

Autentico verso e anverso da presente cópia reprodutiva
conforme ao original a mim apresentado, do que dou fé.

Porto Alegre, 13 JUL. 2009

Francisco de Assis Marques - Tabelião Custas R\$ 5,00
Maria Madalena C. Antunes - Substituto do Tabelião
Paulo Ricardo Santos Fortes - Escrivão Autorizado
Edison de Oliveira Zefirino - Escrivão Autorizado

Francisco de Assis Marques - Tabelião Custas R\$ 5,00
Maria Madalena C. Antunes - Substituto do Tabelião
Paulo Ricardo Santos Fortes - Escrivão Autorizado
Edison de Oliveira Zefirino - Escrivão Autorizado

0460.01.0900221.00613

0460.01.0900221.00614

10º R.T.D./R.P.J.S.P.
PÁG.
49

10º OFICIAL DE R.T.D. ARQUIVADO
EM MICROFILME Nº 1.899.189

ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a
manifestação à respeito dos atos praticados consta na carta
emitida à parte.

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em Porto Alegre

2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
25.4.129
S. J. DO RIO PRETO-SP.

1º Tabelionato da Comarca de Porto Alegre

Francisco de Assis Marques
RUA MOSTARDEIRO, 375

AUTENTICAÇÃO

Autêntico verso e anverso da presente cópia reprodutiva
conforme ao original a mim apresentado, do que dou fé.

Porto Alegre, 13 JUL. 2009

Francisco de Assis Marques - Tabelião Custas R\$ 5,00
Maria Madalena C. Antunes - Substituto do Tabelião
Paulo Ricardo Santos Fortes - Escrivente Autorizado
Edison de Oliveira Zefirino - Escrivente Autorizado

1º Tabelionato da Comarca de Porto Alegre

Francisco de Assis Marques
RUA MOSTARDEIRO, 375

AUTENTICAÇÃO

Autêntico verso e anverso da presente cópia reprodutiva
conforme ao original a mim apresentado, do que dou fé.

Porto Alegre, 16 JUL. 2009

Francisco de Assis Marques - Tabelião Custas R\$ 5,00
Maria Madalena C. Antunes - Substituto do Tabelião
Paulo Ricardo Santos Fortes - Escrivente Autorizado
Edison de Oliveira Zefirino - Escrivente Autorizado

0460.01.0900221.00553

0460.01.0900221.00554

10º R.T.D. / R.P.J.
S.P. - 10º R.T.D.
P.J. - S.P.
PAG.
51

00AVIN99A 017-9-30 100830
EST. 578. Este documento foi submetido
à M. C. Central do Brasil em processo regular e a
manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta
emitida à parte.

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em Porto Alegre

8.718.178-9 Rogério Martins Beviláqua
Assessor

10º OFICIAL DE R.T.D. ARQUIVADO
EM MICROFILME N.º 1.899.189

2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS

254129

S. J. DO RIO PRETO-SP.

7º Tabelionato da Comarca de Porto Alegre
Francisco de Assis Marques

RUA MOSTARDEIRO, 375

A U T E N T I C A Ç Ã O

Autêntico verso e anverso da presente cópia regráfrica
conforme ao original a mim apresentado, do que dou fé.

Porto Alegre, 13 JUL. 2009

Francisco de Assis Marques - Tabelião Custas R\$ 5,00
Maria Madalena C. Antunes - Substituto do Tabelião
Paulo Ricardo Santos Fortes - Escrivente Autorizado
Edison de Oliveira Zefirino - Escrivente Autorizado

1º Tabelionato da Comarca de Porto Alegre
Francisco de Assis Marques

RUA MOSTARDEIRO, 375

A U T E N T I C A Ç Ã O

Autêntico verso e anverso da presente cópia regráfrica
conforme ao original a mim apresentado, do que dou fé.

Porto Alegre, 16 JUL. 2009

Francisco de Assis Marques - Tabelião Custas R\$ 5,00
Maria Madalena C. Antunes - Substituto do Tabelião
Paulo Ricardo Santos Fortes - Escrivente Autorizado
Edison de Oliveira Zefirino - Escrivente Autorizado



1º OFICIAL DE R.T.D. ARQUIVADO
EM MICROFILME N° 1.899.189

Art. 217 do Código Civil (Lei no. 10.406/2002) / Art. 161 da Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73).

0460.01.0900129.0021 0460.01.0900129.00213

7º Tabelionato da Comarca de Porto Alegre

Francisco de Assis Marques
RUA MOSTARDEIRO, 375

AUTENTICAÇÃO

Autentico verso e anverso da presente cópia reprodutiva
conforme ao original a mim apresentado, do que dou fé.

Porto Alegre, 04 MAIO 2008

Francisco de Assis Marques - Tabelião Custas R\$ 5,00

Maria Madalena C. Antunes - Substituto do Tabelião

Paulo Ricardo Santos Fortes - Escrevente Autorizado

Edison de Oliveira Zefirino - Escrevente Autorizado

7º Tabelionato da Comarca de Porto Alegre

Francisco de Assis Marques
RUA MOSTARDEIRO, 375

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprodutiva conforme ao
original a mim apresentado, do que dou fé.

Porto Alegre, 22 ABR. 2008

Francisco de Assis Marques - Tabelião Custas R\$ 2,30

Maria Madalena C. Antunes - Substituto do Tabelião

Paulo Ricardo Santos Fortes - Escrevente Autorizado

Edison de Oliveira Zefirino - Escrevente Autorizado

0460.01.0800645.3003

10º R.T.D. / R.D.
P.R.J. - S.P.
PÁG. 55

2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
254129
S. J. DO RIO PRETO-SP.

10º OFICIAL DE R.T.D. ARQUIVADO
EM MICROFILME N.º 1.899.189

10º
CARTÓRIO

Jº Tabelionato da Comarca de Porto Alegre
Francisco de Assis Marques
RUA MOSTARDEIRO, 375

AUTENTICAÇÃO

Autentico verso e anverso da presente cópia reprodutiva
conforme ao original e mim apresentado, do que dou fé.

Porto Alegre, 04 MAIO 2004

Francisco de Assis Marques - Tabelião Custas R\$ 5,00
Máris Magalhães C. Antunes - Substituto do Tabelião
Paulo Ricardo Santos Fortes - Escrivente Autorizado
Edison de Oliveira Zefirino - Escrivente Autorizado

0460.01.0900129.00814

0460.01.0900129.00813

ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a
manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta
emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em Porto Alegre

6.330.590-9 Luciano Günther Peixoto
A.n.

10º R.T.D./R.D.
P.R.J. S.P.
Pág.
57

2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS

254129

S. J. DO RIO PRETO-SP.

10º OFICIAL DE R.T.D. ARQUIVADO
EM MICROFILME N.º 1.899.189

1º Tabelionato da Comarca de Porto Alegre
Francisco de Assis Marques
RUA MOSTARDEIRO, 375

AUTENTICAÇÃO

Autentico verso e anverso da presente cópia reprodutiva,
conforme ao original a mim apresentado, do que dou feito.
Porto Alegre, 04 MAIO 2008

Francisco de Assis Marques - Tabelião Custas R\$ 5,00
Mário Madalena C. Antunes - Substituto do Tabelião
Paulo Ricardo Santos Fortes - Escrivente Autorizado
Edison de Oliveira Zeferino - Escrivente Autorizado

0460.01.0900129.00313

0460.01.0900129.00314

ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a
manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta
emitida à parte.

DÉPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em Porto Alegre

6.330.390-9 Luciano Günther Peñkoto
Analista

10º R.T.D. / R.D.
P.R.J. - S.P.
Pág. 59

2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
254129
S. J. DO RIO PRETO-SP.

10º OFICIAL DE R.T.D. ARQUIVADO
EM MICROFILME N° 1.899.189

10º

CARTÓRIO

7º Tabelionato da Comarca de Porto Alegre

Francisco de Assis Marques,
RUA MOSTARDEIRO, 375

A U T E N T I C A Ç Ã O

Autentico verso e anverso da presente cópia reprodutiva
conforme ao original a mim apresentado, do que dou fé.

Porto Alegre, 04 MAIO 2009

Francisco de Assis Marques - Tabelião Custas R\$ 5,00
Maria Madalena C. Antunes - Substituto do Tabelião
Paulo Ricardo Santos Fortes - Escrivente Autorizado
Edison de Oliveira Zefirino - Escrivente Autorizado

0460.01.0900129.00611

0460.01.0900129.00612

ATESTAMOS que este documento, foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a
manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta
equitativa à parte.

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em Porto Alegre

6.330.590-9 Luciano Günther Peixoto
Analista

10º R.T.D. / P.R.
P.R. S.P.
10º
Pág. 63

2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
254129
S. J. DO RIO PRETO-SP.

10º OFICIAL DE R.T.D. ARQUIVADO
EM MICROFILME N° 1.899.189

7º Tabelionato da Comarca de Porto Alegre

Francisco de Assis Marques

RUA MOSTARDEIRO, 375

A U T E N T I C A Ç Ã O

Autentico verso e anverso da presente cópia regráfrica
conforme ao original a mim apresentado, do que dou fé.

Porto Alegre,

04 MAIO 2009

Francisco de Assis Marques - Tabelião - Custas R\$ 5,00

Maria Madalena C. Antunes - Substituto do Tabelião

Paulo Ricardo Santos Fortes - Escrivente Autorizado

Edison de Oliveira Zefirino - Escrivente Autorizado

0460.01.0900129.00711

0460.01.0900129.00712

ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a
manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta
emitida à parte.

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em Porto Alegre

6.330.500-9 Luciano Günther Peixoto
Analista

10º R.T.D./R.P.
PÁG.
61

2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
254129
S. J. DO RIO PRETO-SP.



10º OFICIAL DE R.T.D. ARQUIVADO
EM MICROFILME N° 1.899.189

7º Tabelionato da Comarca de Porto Alegre

Francisco de Assis Marques
RUA MOSTARDEIRO, 375

A U T E N T I C A Ç Ã O

Autentico verso e anverso da presente cópia réprográfic
conforme ao original o mim apresentado, do que dou fé.

Porto Alegre, 04 MAIO 2009

Francisco de Assis Marques - Tabelião Custas R\$ 5,00
Maria Madalena C. Antunes - Substituto do Tabelião
Paulo Ricardo Santos Fortes - Escrivente Autorizado
Edison de Oliveira Zefirino - Escrivente Autorizado

0460.01.0900129.00513

0460.01.0900129.00514

ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a
manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta
emitida à parte.

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em Porto Alegre

6.330.590-9 Luciano Júlio Ferreira Peixoto
Analista

**10º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DA PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL - SP**

BEL. EDUARDO KUHLMANN JUNQUEIRA FRANCO



**10º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E
CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL DE SÃO PAULO**

Oficial: EDUARDO KUHLMANN JUNQUEIRA FRANCO

Praça da Sé, 21 – 1º andar – Conj. 101 ao 108 – CEP 01001-000 – São Paulo – SP – Tel. 3117-1010.

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

CERTIFICO e dou fé, que as cópias xerox que compõem este documento, numeradas digitalmente, de 01 a 65, foram extraídas de seus respectivos originais, submetidos a registro em microfilme nesse CARTÓRIO, Sob No. 1899189 em 25/08/2009.

CERTIFICO, mais que nos termos do Art. 217 do Código Civil (Lei no. 10.406/2002) e Art. 161 da Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73), em vigor esta CERTIDAO tem o mesmo valor probante que os seus respectivos originais.

São Paulo, 08 de abril de 2013

Oficial. Bel. Eduardo K. Junqueira Franco
Escrevente substituto. Luis F. Junqueira Franco
Escrevente autorizada. Daniela Rodrigues Barbosa
Escrevente autorizado. Geraldo José Horta de Lacerda
Escrevente autorizado. Erivelton de Oliveira Rodrigues
Escrevente autorizado. Clenio de A. Guilherme
Escrevente autorizado. Adriano Martins Cerca
Escrevente autorizado. Cleber dos Santos

EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	SINOREG	TRIBUNAL	TOTAL
R\$184,22	R\$52,54	R\$39,23	R\$9,97	R\$9,97	R\$295,93

(28% AO ESTADO - 21% AO IPESP - 5% AO REGISTRO CIVIL - 5% AO TRIB. JUSTICA